



FABIO COSTA REIS VIANNA¹

A DINÂMICA EXPANSIONISTA DO PODER NA PERSPECTIVA DE JOSÉ LUÍS FIORI

*THE EXPANSIONIST DYNAMICS OF POWER FROM THE PERSPECTIVE OF JOSÉ
LUÍS FIORI*

ARTIGO 1

10-23

¹ Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora em Portugal. Colunista de Política Internacional do Jornal Econômico Monitor Mercantil. Rio de Janeiro/Rio de Janeiro. E-mail para contato: fabioreisvianna@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca compreender se a percepção analítica elaborada pelo professor e pesquisador José Luís Fiori a respeito do processo de expansão de poder na formação do sistema interestatal forneceria um bom manancial teórico para a compreensão da dinâmica do próprio sistema internacional contemporâneo. Esta investigação foi conduzida pela análise bibliográfica a partir de um raciocínio indutivo; e em consonância com o método qualitativo. Fundamentando-se no arcabouço teórico de grandes pensadores, como Fernand Braudel, Norbert Elias e Charles Tilly, José Luís Fiori estrutura sua pesquisa em uma perspectiva histórica, esmiuçando a longa trajetória de formação das unidades político-territoriais europeias que viriam, através das guerras, a acumular poder e riqueza o suficiente até se tornarem poderosos Estados-nacionais, uma experiência eminentemente europeia que até os dias atuais reverbera na maneira como se organiza e se processa o sistema em que vivemos.

Palavras-chave: Expansão de poder. Sistema interestatal. Sistema internacional. Poder global.

Abstract: This paper seeks to understand whether the analytical perception developed by professor and researcher José Luís Fiori regarding the process of power expansion in the formation of the interstate system would provide a good theoretical basis for understanding the dynamics of the contemporary international system itself. This research was conducted through bibliographic analysis, based on inductive reasoning; and in line with the qualitative method. Drawing on the theoretical framework of great thinkers such as Fernand Braudel, Norbert Elias and Charles Tilly, José Luís Fiori structures his research in a historical perspective, scrutinizing the long trajectory of the formation of European political-territorial units that would, through wars, accumulate enough power and wealth to become powerful nation-states, an eminently European experience that to this day reverberates in the way the system in which we live is organized and processed.

Keywords: Expansion of power. Interstate system. International system. Global power.

INTRODUÇÃO

Algo essencial de se abordar para a compreensão do aspecto filosófico do poder exposto por José Luís Fiori, diz respeito às suas origens na história humana, neste sentido, a sedentarização teria cumprido um papel essencial, à medida que teria possibilitado a criação de territórios e a consequente estabilização das fronteiras, algo obviamente que as tribos e os povos nômades não teriam condições de fazer. Sendo assim, a sedentarização teria gerado uma espiral de pressão competitiva onde – em um ambiente orgânico e intenso – viriam as rebeliões internas, juntamente com a pressão exercida externamente por povos nômades inimigos e outros poderes territoriais também inimigos.

Neste arcabouço de ameaça permanente para a manutenção do poder territorial, surgiria a necessidade de defender de maneira concreta as fronteiras, bem como, de expandi-las por meio da conquista de novos territórios (Fiori, 2014). A necessidade de recursos, portanto, urge e se viabiliza com a criação de fluxos permanentes e regulares obtidos através da instituição de tributos, ou mesmo da mera pilhagem de súditos e outras populações submetidas ao jugo de um poder territorial conquistador. Neste sentido, interessante observar que a instituição dos tributos possibilitou um avanço organizacional que impactou de maneira singular a produtividade dos territórios, e por consequência, “o aumento da produção de alimentos e a eficácia do exercício da guerra” (Fiori, 2014, p. 21).

O surgimento de um elemento novo que viria em seguida foi um passo significativo para o avanço do poder territorial: a moeda pública. A moeda pública, segundo Fiori, teria sido uma invenção necessária ao avanço dos senhores territorialistas em seus compromissos com suas guerras de conquista e crescimento de territórios. Para isso, fez-se útil um instrumento físico monetário cunhado pelos cobradores de impos-

tos que pudesse cumprir a função de englobar as novas formas de dívidas e empréstimos neste emergente universo mercantil, bem como, e principalmente, financiar as guerras territorialistas que, por si mesmas, eram o começo e o fim de todo um arcabouço instrumental para expansão de poder que além da própria multiplicação das terras, seria o próprio motor financiador e gerador de mais recursos para o aprofundamento das guerras de conquista. Norbert Elias diria que “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a vitória significa, em primeiro lugar, seja esta ou não a intenção, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência” (Elias, 1990).

A competição como motor passa a ser o centro propulsor desse caleidoscópio de poderes territoriais que buscavam de maneira incessante ultrapassar reciprocamente através da defesa interna e externa e do aumento permanente da eficiência na produção e no jogo das trocas comerciais. Sendo assim, um ciclo vicioso, ou virtuoso, era formado e dava a tônica do sistema competitivo que engolia e derrubava a unidade territorialista que não seguisse o roteiro constituído.

Cabe sublinhar que, dentro desta lógica de competição implacável, algo era fundamental para a continuidade de ascensão de um poder territorial competitivo: mesmo que a relação intrínseca entre a guerra de conquista e a tributação fossem inseparáveis, a partir do momento em que a capacidade tributária de um poder territorial não desse conta da manutenção e expansão das guerras, a única saída seria empreender novas guerras de conquista até o limite total da sua capacidade, ou até ser engolido e derrotado, por outra unidade de poder territorial expansivo. Quem não sobe cai, ou quem não mantém o ritmo da subida é engolido pelo sistema, pois a pressão que se fazia sentir de cima a baixo nessa

sociedade, lançava os governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punha em movimento o mecanismo do monopólio (Elias, 1990).

Tal processo perdurou primitivamente durante muito tempo nos lugares em que poderes territoriais teriam surgido, e onde os movimentos de conquista e expansão de suas fronteiras, inevitavelmente, culminariam em derrota ou declínio – mesmo que isso pudesse permear um longo período (Fiori, 2014). Algo que num escopo mais amplo, segundo Fiori, teria ocorrido com antigos impérios e civilizações pré-modernas, que um dia teriam sido meras unidades territoriais sem maior importância, mas que depois tornar-se-iam relevantes, como a Mesopotâmia, ou mesmo Roma, somente para citar dois exemplos significativos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo como ponto de partida as intrigantes indagações do historiador francês Fernand Braudel (2009), de que na Europa a maturidade política teria precedido a maturidade econômica: quando, como e por que razões os estados territoriais europeus teriam adquirido sua força política e sua coerência econômica interna, o Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, José Luís Fiori, trilha ao longo de sua pesquisa de décadas um caminho onde o poder adquire uma importância central para a compreensão da bem-sucedida expansão do sistema mundial e do capitalismo por parte dos europeus. Em uma investigação eminentemente braudeliana, no sentido em que a análise segue os padrões da chamada história total, ou história global, desenhadas por Fernand Braudel, Fiori persegue o que abarcaria elementos temporais e espaciais que resultarão na amplitude necessária para compreender o objeto de análise organicamente a partir do tempo, espaço e sua totalidade. Braudel, portanto, “teria sido um pensador essencial para uma leitura histórica

do tempo longo e estrutural, abrindo as portas a uma nova concepção teórica sobre as origens da modernidade” (Medeiros; Fiori, 2001, p. 53).

Nesta perspectiva, podemos simplificar a percepção histórica braudeliana utilizando quatro conceitos que permeariam o tempo e o espaço histórico: numa escala, ainda em âmbito nacional; de menor tempo, haveria o evento histórico; em seguida, ampliando, a conjuntura. Já entrando ao nível internacional e secular, a chamada longa-duração, e abrangendo todas as escalas anteriores, em uma amplitude máxima, o que Braudel chamaria economia-mundo (Braudel, 2009).

Ao utilizar os padrões de análise braudelianos em sua investigação, José Luís Fiori procura, num primeiro momento, observar a Europa em seu ‘longo século XIII’ (1150-1350) para, a partir de uma teoria do poder, compreender os mecanismos do que ele chama acumulação de poder, e suas relações com o capital e a chamada acumulação de capital. Neste sentido, Fiori busca analisar o processo de formação das economias europeias e, mais à frente, do sistema interestatal capitalista – sob a égide do poder e da guerra, reconstruindo suas dinâmicas originárias até chegar ao momento chave da centralização do poder e do capital que levaria à formação dos primeiros Estados territoriais e das primeiras economias nacionais, com seus capitais e suas moedas específicas, para o desenvolvimento de um capitalismo, desigual e hierárquico, e que “não é nem nunca será global, pois alise alimenta própria existência das fronteiras e das moedas e dos capitais que se expandem com seus Estados nacionais” (Fiori, 2014, p. 17).

Dentro desta perspectiva, o conceito de poder se relacionaria com a ideia de uma disputa contínua pelo próprio poder, à medida que se substanciaria numa disputa com as seguintes e complexas características: 1. Assimétrica – caso contrário a própria disputa em si perderia o sentido; 2. Limitada – pois se absoluto fosse não haveria disputa; 3. Relativa – pois envolve uma espécie de hierarquia, onde inevitavelmente alguma das

partes terá que perder para a outra ganhar –; 4. Heterostática – no sentido de que a perda de poder gerará uma reação da parte perdedora visando recompor a relação de força; 5. Triangular – por envolver, “pelo menos, dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo” (Fiori, 2014, p. 19); 6. Fluida – na medida em que o poder é uma ação em movimento contínuo, por isso, “costuma-se dizer que não existe vácuo de poder nesse jogo sem fim” (Fiori, 2014, p. 19), que logicamente não poderia ser estático; 7. Sistêmica – pois não é possível pensar uma unidade de poder atuando sozinha, ou a margem de outras unidades de “poder que se multiplicam na forma de triângulos” (Fiori, 2014, p. 19) sucessivamente; 8. Expansiva – pois sendo o poder triangular e sistêmico, cada unidade de poder exerce pressão competitiva, e todas as unidades exercem a mesma pressão umas contra as outras fazendo com que o sistema se expanda infinitamente e de forma contínua, do contrário, ele entraria em estado de entropia; 9. Indissolúvel – pois uma relação de poder só desapareceria com a conquista, ou a submissão à outra unidade de poder; 10. Dialética e, por fim, 11. Ética – visto que o valor que move a expansão do poder se funda na valorização do próprio poder e “toda e qualquer outra ética particular nasce desse impulso, como resultado ou como instrumento relacional dentro da luta entre os vértices que disputam e impulsionam a acumulação endógena do poder” (Fiori, 2014, p. 20).

A INVENÇÃO EUROPEIA

Segundo a perspectiva de José Luís Fiori, inspirada na pesquisa original de Norbert Elias, a grande mudança no sistema competitivo territorialista surgiria na Europa medieval, entre aproximadamente os anos de 1150 e 1650; os longos séculos que iriam definir formas inéditas de competição entre poderes territoriais. “Após

fragmentar-se com a queda do Império Romano, e posteriormente com a derrocada do império de Carlos Magno” (Teles da Silva, 2020, p. 251), a fragmentação do poder territorial europeu, que era mais ou menos unificado e centralizado, deixaria submersa durante dois a três séculos uma Europa reduzida a dispersas comunidades locais de produção e troca, verdadeiros feudos atrasados e irrelevantes (Fiori, 2014), com exceção das cidades – estado do norte da Itália, e de outras dispersas e poucas cidades-estados da Europa, que mantinham profícuas relações comerciais com grandes impérios pré-modernos.

Este cenário de fragmentação e dispersão seria revertido gradualmente em meados do século XII por meio da multiplicação crescente das guerras localizadas entre os pequenos feudos, que logo a seguir se transformariam em grandes guerras de conquista contra povos bárbaros que teriam ocupado os territórios espalhados pela Europa após a queda dos impérios já citados. Segundo Norbert Elias, em um cenário de fragmentação territorial, o senhor feudal – o rei –, era obrigado a delegar o poder sobre dispersos territórios sob seu domínio a muitas outras pessoas. Naquele tempo, o dinheiro era uma impossibilidade em uma realidade na qual a descentralização e as grandes distâncias em regiões afastadas obrigavam toda e qualquer forma de recompensa ou pagamento ao formato de concessão de terras. “Não havia, portanto, nenhuma forma de tributação pecuniária, nem eventual, tampouco permanente, que pudesse se aproximar de uma organização minimamente estatal para a manutenção de exércitos e funcionários” (Elias, 1990, p. 24). O papel da terra naquele universo medieval europeu, portanto, cumpria, segundo Elias, uma função essencial nas relações sociais e de poder, onde o rei exercia sua hegemonia à medida que pudesse manter a promessa de conceder terras aos seus guerreiros e representantes nos confins mais longínquos e assim exercer sua autoridade por meio de representantes que o respeitassem.

Cabe observar, no entanto, que a lealdade dos vassallos aos seus senhores era um tanto fluída e frágil o suficiente para que, de uma hora para outra, deixasse de ser cumprida. O poder do senhor feudal fundava-se eminentemente na sua capacidade de, através da espada, impor sua autoridade sobre os vassallos como senhor da guerra contra possíveis ameaças externas. Sendo assim, o controle de um vasto e descentralizado território por parte do senhor feudal se veria ameaçado sempre que os príncipes locais, ou senhores territoriais, não precisassem mais de sua proteção. É notável, portanto, que o controle e o poder de distribuir terras aos vassallos que tenham jurado fidelidade dialogaria, segundo Norbert Elias, com o poder da espada do senhor feudal em protegê-los.

Nesta perspectiva analítica, observa-se, portanto, que tendências centrífugas teriam um papel central para a formação e modificação daquelas descentralizadas sociedades medievais e autoridades territoriais existentes na Europa. Na medida em que os senhores feudais adquirissem poder a partir do prestígio militar conquistado com as vitórias contra inimigos externos, “seu poder interno se alicerçaria numa espiral de centralização que sufoca as forças centrífugas” (Elias, 1990, p. 26). Neste diapasão, segundo Norbert Elias, quanto mais o senhor feudal, ou o rei, adquirisse uma função centralizadora, mais as tendências centrífugas dos senhores territoriais tenderiam a se dissipar. Os inimigos externos, ou tribos estrangeiras, portanto, adquiririam um papel de ameaça necessária para o senhor feudal, que investido no papel de chefe militar, desempenharia o seu poder, tanto em defesa de seus territórios, quanto na conquista de novas terras que posteriormente seriam distribuídas aos seus vassallos.

Configura-se, então, a partir desta expansão de poder, ou investida conquistadora, a preponderância do poder centralizado na figura do rei sobre forças centrífugas agora silenciadas. Segundo a ótica de investigação de Norbert Elias, veríamos então, no crepúsculo do século XII, de maneira

lenta, gradual e contínua, a desintegração dando lugar ao fortalecimento do poder central que abrangeria regiões cada vez mais vastas. Neste contexto, e inspirado no olhar analítico de Norbert Elias, José Luís Fiori diria que esta nova centralização do poder na Europa se daria progressivamente na medida em que – para além dos inimigos bárbaros – o cerco dos povos islâmicos em torno do mar Mediterrâneo e na Península Ibérica se tornaria o impulso maior de uma máquina de guerra difusa e expansiva que levaria a um processo de hierarquização e centralização de poder em vários impérios territoriais ao mesmo tempo, combateriam os islâmicos e competiriam entre si gerando, portanto, uma “enorme pressão competitiva e imensa energia explosiva dentro da Europa” (Fiori, 2014, p. 23). Assim, em meio às cidades fortificadas que se espalhavam por toda a Europa, da Hungria até as bordas do mediterrâneo, as guerras europeias se revezariam entre rebeliões camponesas internas e confrontos religiosos; conflitos internos sucedidos por conflitos exteriores contra o inimigo muçulmano, algo que se estenderia por cerca de mil anos, entre os séculos VIII e XVIII, até o declínio do último grande herdeiro do expansionismo muçulmano: o Império Otomano (Kinross, 2022).

O EXPANSIONISMO CRUZADO

Vocalizando um sentimento social oriundo de um aumento populacional que caminhava com a escassez, as cruzadas, segundo Norbert Elias, dariam o impulso necessário à justificação filosófica da conquista por novas terras e a procura por novas fronteiras. Este fenômeno pôde ser observado com a ida de cavaleiros normandos para o sul da Itália no começo do século XI, que “em troca de seus serviços como guerreiros, receberiam um pedaço de terra na fronteira norte do ducado de Nápoles” (Elias, 1990, p. 40), “ou mesmo antes, ainda no século X, quando cavaleiros franceses ofereceriam seus atributos guerreiros em ajuda

aos príncipes de Espanha na luta contra os árabes” (Elias, 1990, p. 41): naquele momento, e até meados do século XI, a península ibérica estaria em plena disputa aberta e que atrairia pessoas isoladamente, grupos e exércitos na luta contra um ‘inimigo pagão’ dividido internamente. Fenômenos de conquista de território que gradualmente foram se estendendo para o leste da Europa, visto que para além da península ibérica não havia mais terra para onde se expandir.

Neste diapasão, portanto, as cruzadas viriam como uma justificativa expansionista conduzida, num primeiro momento, por senhores territoriais feudais de origem francesa e normanda em razão da limitação de novas terras em França. Sendo assim, a conquista de Jerusalém, o avanço em direção à chamada Terra Santa conduzida pela Igreja, teve a fé como impulso expansionista primordial que levaria posteriormente a mentalidade dos cruzados a se alastrar por outros territórios da cristandade latina (Elias, 1990). Tendo como impulso primeiro as tensões sociais inerentes a sociedades que viviam um rápido crescimento demográfico e buscavam saciar seus anseios por terra e pão, “as cruzadas representariam o primeiro grande movimento expansionista de cunho colonizador do Ocidente cristão, e tinham como força motriz a guiar este impulso expansionista, nomeadamente, a Igreja” (Elias, 1990, p. 42).

Num movimento, portanto, que envolveria não somente os desafortunados da terra, mas também grandes senhores territoriais, o ímpeto expansionista cruzado seria a expressão de algo que, à época, preencheria a lacuna do que hoje conhecemos como dinheiro. Não obstante, a ambição aquisitiva da sociedade medieval, segundo Norbert Elias, era transcendente e anterior ao que conheceríamos posteriormente no sistema capitalista. Isso ocorreria em todas as camadas sociais, dos senhores de categoria superior – condes, duques e reis –, aos cavaleiros mais pobres; e a este ímpeto, sua personificação se daria – nomeadamente – na conquista da terra. A terra cumpriria na sociedade medieval

um papel central no âmbito do aumento do poder senhorial em todos os seus aspectos. “Quem detivesse, portanto, mais terras, deteria maior poder em âmbito militar e, por consequência, deteria a soberania sobre seus vassalos” (Elias, 1990, p. 44).

Neste contexto, o aumento das posses seria na sociedade medieval um movimento permanente entre a pressão demográfica e a expansão territorial, pelo qual a disputa se daria entre aqueles que buscavam elevar o seu domínio territorial, sob o risco de se ver enfraquecido e dominado pelo concorrente na primeira oportunidade. Assim, os grandes cavaleiros medievais e senhores territoriais “viam em concreto como ficavam impotentes quando os vizinhos eram mais ricos em terras e domínio ou adquiriam novas terras e alargavam o âmbito do seu poder” (Elias, 1990, p. 45). Nesta ótica analítica, o expansionismo cruzado na perspectiva de Norbert Elias, seria a representação primordial e o caldo de cultura que daria origem ao que posteriormente conheceríamos como Estado-nacional – dado que ele foi uma “invenção” autóctone destas lutas expansionistas europeias e, portanto, teria nascido na e somente na Europa em um primeiro momento.

A CENTRALIZAÇÃO DO PODER

Como já descrito anteriormente, a importância do território foi fundamental para o longo e lento processo que originou o que hoje conhecemos como Estado-nacional. Neste sentido, o caminho em direção a cada vez maior concentração de poder político teria sido o ato criador para o posterior desenvolvimento e consolidação de uma estrutura territorial necessária, e de um sentido de identidade coletiva que pudesse gerar a amálgama de um mercado interno e suas estruturas fiscais, administrativas e militares. Em suma, “tudo aquilo que fosse o esqueleto básico para a existência e viabilidade de um Estado-nacional” (Fiori, 2004, p. 20). Mesmo tendo sido o comércio de longa distância a mãe da

chamada acumulação originária do capital europeu, o motor da economia-mundo (Braudel, 2009) resultante do jogo das trocas entre comerciantes e produtores da riqueza que daria origem ao capitalismo, a centralização da riqueza oriunda deste jogo; segundo Fiori, não seria possível se não tivesse ocorrido a centralização política que se desenvolveu durante os séculos XIII e XIV – algo que se consolidou no chamado longo século XVI –, no qual territórios unificados permitiriam o nascimento de mercados nacionais.

Neste sentido, Fiori (2004) vai além do conceito de economia-mundo de Fernand Braudel, colocando no centro da questão a ideia de política-mundo, para além do mero jogo das trocas comerciais, as guerras quase permanentes entre territórios unificados – e que posteriormente se configurariam em verdadeiros núcleos imperiais –, definiriam um processo competitivo ininterrupto de acumulação de poder através da guerra. O jogo das guerras, portanto, somando-se ao jogo das trocas – acumulava-se riqueza –, teria sido o grande impulsionador para a criação definitiva dos Estados-nacionais europeus, a partir de unidades territoriais de poder que competiam por mais territórios – e por vezes pelo mesmo território –, “cumprindo o papel violento e devastador de forjar alianças, unificar populações, eliminar concorrentes e, sempre, centralizar cada vez mais o poder num movimento contínuo e permanente de expansão dos ganhadores” (Fiori, 2004, p. 22); “expansão esta que buscava a hegemonia por meio da eliminação dos concorrentes e, por consequência, o controle e o domínio monopólico de unidades territoriais por meio da acumulação” (Elias, 1990, p. 86).

ACUMULAÇÃO E EXPANSÃO DO PODER E DA RIQUEZA

Segundo José Luís Fiori, no século XVII, a chamada Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) forjaria de maneira definitiva o modelo de sistema políti-

co europeu que nos séculos seguintes daria corpo ao que hoje poderíamos chamar de sistema interestatal capitalista. Nesta perspectiva, o impulso centralizador de poder teria se iniciado com força naquelas que teriam sido as guerras originárias do que posteriormente forjaria o que hoje conhecemos como Estado-nacional: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) – essencial para a formação das identidades nacionais de França e Inglaterra –, e a Guerra de Reconquista espanhola (1480-1492) que, acompanhada das guerras espanholas contra a mesma França em território italiano (1494-1559); a Inglaterra no Mar do Norte (1588) e as Províncias Unidas (1560-1648) teriam sido o motor não só da formação dos primeiros Estados-nacionais, mas do próprio sistema político europeu que posteriormente daria origem ao que hoje podemos chamar de sistema interestatal (Fiori, 2004).

O expansionismo através das guerras daria a tônica do mundo e seria ao mesmo tempo um dilema aparentemente contraditório na medida em que poderes territoriais com fronteiras comuns, a priori, não precisariam, necessariamente, recorrer à conquista de novos territórios, visto que se permanecessem dentro de suas fronteiras originárias seria muito menos custoso e traumático. No entanto, a coerção, segundo Fiori, exerceria um papel peculiar como catalisador de uma espécie de energia compulsiva e expansionista por conquista de novos territórios. A lógica da provocação da guerra teria sido a tônica levada a cabo pelas unidades territoriais na Europa que, por meio da coerção, buscariam garantir e proteger a sua segurança contra um eventual invasor. O exercício da coerção, portanto, consubstanciara-se através da obtenção de uma zona de segurança, ou zona tampão, que seria a proteção fortificada da própria unidade territorial.

Neste raciocínio, a zona de segurança, ou zona tampão, seria uma garantia para que a unidade territorial original pudesse ter seus lucros desfrutados com plena segurança. Ocorre que, como que num círculo vicioso, sempre que a zona tampão passava a ser considerada uma zona segura para

a unidade territorial expansionista que a dominasse, a mesma, por meio da coerção, buscaria “adquirir uma nova zona tampão em volta da antiga. Quando as potências adjacentes estavam perseguindo a mesma lógica, o resultado era a guerra” (Tilly, 1996, p. 127). Neste dilema expansionista, a guerra não seria a mera consequência de uma expansão territorial defensiva feita simultaneamente por duas unidades territoriais fronteiriças em busca de zonas de segurança numa mesma região (Tilly, 1996), pelo contrário, a própria causa de um movimento expansionista levado a cabo por poderes territoriais vizinhos que desde sempre se veem simultaneamente como ameaças umas as outras.

Neste sentido, as zonas de segurança são construídas como barreiras defensivas “porque todos já supõem que exista, desde o início, intenções agressivas por parte das unidades de poder vizinhas” (Fiori, 2004, p. 25). Um verdadeiro dilema da segurança configura-se na medida em que a expansão de poder se torna uma pré-condição das unidades territoriais para garantir a própria segurança, levando as outras unidades territoriais a se sentirem inseguras e obrigando-as a se prepararem constantemente para a guerra. Um processo permanente e ininterrupto de acumulação contínua de segurança e poder num mundo de unidades competitivas (Fiori, 2004).

Esta expansão contínua de territórios e guerras seguiria então a lógica do “quem não sobe cai” (Elias, 1990), pela qual a participação de todas as unidades de poder envolvidas caminharía necessariamente para uma corrida armamentista permanente em nome da preservação da segurança e, paradoxalmente, da paz. Na Europa dos séculos XIII e XIV, torna-se cada vez mais corriqueiro o processo de acumulação de poder a partir de novos territórios, bem como alimentos, camponeses e tributos, para que a preservação da própria segurança e a preservação da paz fosse possível.

Nesta perspectiva, a guerra constitui-se como a condição primeira para que as unidades territoriais pudessem continuar sobrevivendo, obrigando-as

a permanente tarefa de expandir seu poder para não cair nas garras de outra unidade territorial competitiva. A possibilidade constante de uma guerra era, portanto, a realidade vivida por todas as unidades territoriais que competiam entre si. A possibilidade de uma guerra real ou virtual estaria permanentemente no horizonte destas unidades territoriais, o que as forçaria, segundo Fiori (2004), de maneira quase natural a manter um cálculo estratégico voltado para a conquista e acumulação de cada vez mais poder, obviamente, através da guerra. Um aparente paradoxo que leva a conclusão de que a busca pela paz através da expansão do poder a transforma na própria justificativa da guerra.

Neste diapasão, a busca pelo monopólio exerceria um papel chave no jogo da disputa por poder entre as unidades territoriais, e, portanto, a compulsão expansiva destas unidades territoriais, ocorrida no sistema político que se desenvolveu na Europa, caminharía inexoravelmente para um cenário de conquista cada vez mais amplo por territórios através da acumulação. Curioso notar, porém, que essa pulsão por expansão e acúmulo de poder, por outro lado, expõe uma intrigante contradição, uma contradição que Fiori (2004) chamaria de ‘contradição essencial do jogo das guerras’. Levando em consideração o fato de que, neste impulso imperial, uma das unidades territoriais competitivas pudesse se sobrepor a todas as outras concorrentes, impondo assim um monopólio, uma exclusividade, o processo de acumulação de poder ficaria suspenso, e o próprio jogo das guerras deixaria de fazer sentido.

Neste cenário, o monopólio absoluto além de gerar a suspensão do jogo das guerras e do sistema de acumulação de poder, causaria uma espécie de estado de entropia no próprio sistema em sentido lato, na medida em que toda a hierarquia entre unidades territoriais deixaria de existir, restando, no entanto, o caos e a desordem no próprio sistema. Neste raciocínio, Fiori dirá que nem a hegemonia nem o império seriam capazes de ordenar e estabilizar o sistema interestatal de

forma permanente. “As únicas forças capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado seriam a competição e a própria guerra ou, pelo menos, a possibilidade permanente de uma nova guerra” (Fiori, 2004, p. 28).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, no jogo das guerras, uma unidade imperial para se manter viva dentro de um sistema político de competição permanente por acumulação de poder, necessária, portanto, da sobrevivência de seus concorrentes. Sendo assim, a destruição do antagonista resultaria no esfriamento, na perda de energia do processo competitivo de acumulação de poder. A existência de uma espécie de “inimigo necessário”, portanto, se faz essencial para que o jogo das guerras se mantenha vivo e o poder territorial-político expansivo possa seguir acumulando cada vez mais poder. Em suma, a existência do concorrente-adversário é fundamental para a manutenção deste “jogo”, caso contrário, a destruição, ou submissão total deste antagonista “vital”, levaria o poder expansivo ao colapso, obrigando-o a recriá-lo (Fiori, 2004, p. 28).

Segundo Fiori (2004), outro aspecto fundamental para a compreensão do processo de expansão, acumulação e centralização do poder, o qual caminhará junto ao chamado ‘jogo das guerras’ – e forjaria o processo de formação do sistema político europeu nascido a partir dos séculos XIII e XIV –, seria o que poderíamos chamar ‘jogo das trocas’. A manutenção de uma conquista territorial pelo poder expansionista vencedor em uma disputa, por muitas vezes não se mantinha por tanto tempo. Ou seja, com ou sem a manutenção do território conquistado, o que passaria a determinar a perenidade do poder em sua expansão constante – entre vitórias e derrotas, avanços e recuos – teria sido a criação de um mecanismo novo e revolucionário que iria possibilitar o suprimento dos custos das guerras: o dinheiro.

Neste novo cenário, segundo Fiori, o ‘príncipe’ que obtivesse mais recursos para a manutenção do processo de expansão, acumulação e centralização do poder territorial através do jogo das guerras estaria apto a sair vitorioso. Nesta lógica, cria-se uma amálgama oportunista entre o mundo da guerra e o mundo dos negócios, onde o próprio sucesso das guerras levaria ao sucesso do mercado criado em seu entorno, o que inclusive “fez nascer e prosperar os centros econômicos mais importantes da Europa em meados do século XVI” (Fiori, 2004, p. 29). Vê-se aí o ‘encontro virtuoso’ entre o jogo das trocas e o jogo das guerras, que seria construído, segundo Fiori (2004), paulatinamente ao longo do processo de solidificação do sistema político europeu durante a idade média; num entrelaçar curioso entre o poder político e as redes comerciais das cidades – estado europeias e todo o imenso universo de rotas econômicas asiáticas.

No entrelaçar entre poder político e econômico, a máquina de guerra de expansão e acumulação de poder territorial passou não somente a visar a mera conquista de novos territórios, mas a conquista de recursos materiais e econômicos. Neste processo, segundo Fiori (2004), o passo seguinte à taxação e tributação dos vassalos por parte dos governantes, seria a instituição da moeda como forma de pagamento de impostos e dívidas aos soberanos do poder político.

Neste momento, o processo de acumulação de poder entra em um novo patamar, no sentido em que a moeda se torna mais relevante que a própria terra como meio de aferição de riqueza (Elias, 1990). A terra, que até então era um entrave na acumulação e manutenção de grandes monopólios de poder em razão de sua difícil administração, daria lugar, portanto, a homogênea e universal moeda pública, meio de troca instituído dentro de um espaço público delimitado pelo governante, o ‘príncipe’, que seria seu único emissor.

METODOLOGIA

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo foi conduzida através de uma análise bibliográfica apresentada no referencial teórico a partir de um raciocínio indutivo em consonância com o método qualitativo. O objetivo fundamental foi, a partir do arcabouço teórico elaborado por José Luís Fiori, no conjunto de sua obra, e face aos demais autores que abordam as mesmas temáticas e problemáticas, tecer análises e reflexões acerca da gênese do sistema internacional moderno e, por conseguinte, das causas da sua estrutural tendência expansiva, no sentido de compreender a instabilidade global contemporânea.

A análise pautada nestes procedimentos e termos possibilitou demonstrar que a lógica competitiva do sistema internacional, longe de ser um “dado natural”, representa o resultado histórico do processo de hegemonia ocidental no mundo e, portanto, da relação peculiar entre o poder das trocas e o poder político que se instaurou na Europa no começo da modernidade. Neste sentido, a Teoria do Universo em Expansão poderia contribuir para o debate a respeito de novas abordagens para a construção de um sistema internacional mais estável, pacífico e harmônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão do poder e da riqueza dos Estados-nacionais, na perspectiva analítica de Fiori, seguiria a longa duração histórica de formação do sistema interestatal ‘inventado’ na Europa, na qual lentamente se forjaria em grandes explosões expansivas. Sendo assim, um processo peculiar de acumulação de poder e riqueza delimitaria a essência do Estado-nacional forjado na Europa através eminentemente do jogo das guerras.

Trazendo para a conjuntura contemporânea, como um espelho do que ocorreu ao longo de todo o período histórico de formação do sistema inte-

restatal, tal fenômeno, segundo Fiori, ocasionado por sucessivas explosões expansivas, dialogaria com a própria natureza hierárquica do sistema interestatal, ou sistema internacional, em que os Estados mais poderosos competiriam entre si através de um movimento expansivo e permanente de luta pelo controle de situações monopólicas a partir das armas, das finanças, da informação e da inovação tecnológica.

Como um universo em expansão, o sistema interestatal residiria na perspectiva infinita de acumulação contínua e de pressão competitiva interna; assim como as explosões expansivas seriam a projeção para fora das potências mais competitivas em ampliação às fronteiras globais do próprio sistema, pelo qual, segundo Fiori (2014, p. 31),

[...] a primeira vez que isso ocorreria teria sido no ‘longo século XIII’, entre 1150 e 1350, e a segunda vez no ‘longo século XVI’, entre 1450 e 1650. Houve, porém, uma terceira grande explosão expansiva que ocorreu no ‘longo século XIX’, entre 1790 e 1914.

Nesse caso, o aumento da pressão competitiva foi provocado pela luta contínua entre França e Inglaterra dentro e fora da Europa; pelo surgimento e pela incorporação dos novos Estados americanos; e pela pressão causada por três novas potências emergentes – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente e revolucionaram a economia capitalista e o núcleo central das grandes potências (Fiori, 2014).

Segundo este raciocínio, portanto, as explosões expansivas do sistema interestatal – internacional trariam consigo a possibilidade do surgimento de novas potências emergindo em meio à dinâmica competitiva inerente ao próprio sistema. E neste sentido, segundo Fiori, estaríamos neste momento vivenciando uma nova explosão expansiva desde o início do século XXI, uma quarta explosão

expansiva forjada a partir da crise dos anos 1970 e que teria sido provocada pela pressão causada pela própria estratégia expansionista dos Estados Unidos da América, uma pressão competitiva dentro do sistema e provocada “pelo expansionismo imperial dos Estados Unidos, pela multiplicação do número dos Estados soberanos dentro do sistema e pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, e da China em particular” (Fiori; Medeiros; Serrano, 2008, p. 24).

Nesta conjuntura, portanto, não somente a ascensão chinesa teria impulsionado o aumento da pressão competitiva no início do século XXI, mas a própria restauração do poder militar da Rússia, o salto tecnológico da Índia, a nova centralidade do Irã, o crescimento econômico de Brasil e Turquia e, segundo Fiori, “a divisão e declínio do projeto europeu” (Fiori, 2020, p. 11). É preciso compreender o avanço do poder de cunho imperial dos Estados Unidos, como um ‘sintoma’ do próprio *modus operandi* de um sistema que condiciona as potências dominantes a estarem em permanente processo de expansão e em permanente preparação para a guerra como modo de manter a posição monopólica de poder que já possuem.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 3.

ELIAS, N. **O processo civilizacional**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. v. 2.

FIORI, J. L. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, J. L. **Sobre a guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FIORI, J. L. **A síndrome de babel e a disputa pelo poder global**. Petrópolis: Vozes, 2020.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

KINROSS, L. **Os séculos otomanos**: ascensão e queda do Império Turco. Lisboa: BookBuilders, 2022.

TELES DA SILVA, M. L. **Crise sistêmica**: veredas estratégicas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

TILLY, C. **Coercion, capital and european states**: ad 990 – 1990. Massachusetts: Blackwell, 1996.

